

BOX 2

“O terceiro e último ponto que deve ser comentado é o conjunto de mudanças levantamento da variável ocupação em relação aos censos anteriores. Essas mudanças remetem fundamentalmente a dois aspectos que interferem na comparabilidade com os outros recenseamentos, incidindo, portanto na análise das mudanças experimentadas pela região na sua configuração sócio-espacial.

“O primeiro é a definição do período de referência para estabelecer a condição de ocupação. Nos Censos anteriores foi adotado o período de 12 meses tendo por justificativa o caráter sazonal da produção e da ocupação no setor agrícola. Esta opção trazia dificuldades para a compatibilidade do Censo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de tal modo que esta passou a adotar dois períodos de referência: os 12 meses anteriores e a semana (Dedecca, Rosandinski, s.d).

“O Censo de 2000 usou somente a semana como referência para seu levantamento da ocupação. Isso implicou melhora das informações sobre a ocupação e o desemprego nas atividades não agrícolas, mas também um relativo comprometimento na avaliação dessas situações para a atividade agrícola. É necessário ter em mente essas limitações quando se tenta ter uma idéia das mudanças por que passou a estrutura socioocupacional da metrópole. Os volumes dos contingentes ocupados não podem ser diretamente cotejados com os números dos levantamentos anteriores. A redução do período de referência pode estar subestimando os ocupados no recenseamento de 2000 relativamente ao de 1991.

“O segundo ponto a ser mencionado é a mudança na classificação das ocupações. Essa mudança se afina com o objetivo de “desenhar um instrumento de coleta compatível com as orientações internacionais, mas especialmente convergente com as diretrizes metodológicas adotadas pelos institutos de estatística dos países do Mercosul. Houve a preocupação de elaborar uma informação que pudesse posteriormente ser utilizada na criação de um banco de dados para o Mercosul” (Idem) (1)

“Desde os anos 70, utilizavam-se, no Brasil, pelo menos duas classificações de ocupação, uma que o IBGE adotava nas pesquisas socioeconômicas e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada segundo as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta prática sempre trouxe problemas para a compatibilização de diferentes fontes de dados. A instituição da Comissão Nacional de Classificações (Concla) sob a coordenação do IBGE teve o objetivo de unificar essas classificações.

“O Censo de 2000 utilizou a Classificação Brasileira de Ocupação para codificar a ocupação. Com isso, seus resultados podem ser comparados com as informações produzidas em outras pesquisas do IBGE e com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (Ibidem).

“Outra questão que estimulou as mudanças no levantamento censitário e que pode ser diretamente reportada ao caso da classificação das ocupações, vincula-se, segundo Dedecca e Rosandinski (s.d)

[...] às atuais condições dinâmicas da estrutura econômica, caracterizada por alterações tecnológicas importantes que reduzem a importância da indústria na criação de novos postos de trabalho, que criam novos segmentos ocupacionais vinculados aos novos tipos de serviços, que transformam as condições de assalariamento no mercado de trabalho, que estabelecem novas relações entre setores, que alteram o modo de geração e o perfil da renda

“Em termos qualitativos a nova Classificação das Ocupações consegue maior aproximação das ocupações que caracterizam os segmentos mais modernos da economia,

avanzando em relação ao enfoque anterior que se harmonizava mais com o levantamento de ocupações ligadas às atividades mais tradicionais da agropecuária, da indústria e de serviços.

“As nomenclaturas da CBO asseguram maior precisão na denominação das ocupações, permitindo uma definição mais clara das categorias e evitando o uso de filtros, como renda e escolaridade, como *proxi* para o enquadramento de certas ocupações. Sob esse ponto de vista, entende-se que a novidade favorece a captação das mudanças produzidas pela reestruturação produtiva das últimas décadas, aproximando mais a construção tipológica das perguntas que se quer responder sobre espaço e sociedade, no sentido de detectar quais tem sido os efeitos da globalização e da reestruturação econômica na configuração social e espacial das metrópoles.

“No entanto, as dificuldades de articulação com os dados dos censos demográficos anteriores podem ser parcialmente contornadas por procedimentos técnicos no que diz respeito à classificação, embora não haja alternativas quando se trata do contingente populacional. Segundo Dedecca e Rosandinski (s.d), a Concla disponibilizou dicionários de conversão entre as classificações com o objetivo de reduzir as dificuldades de compatibilidade. Porém, os autores alertam os pesquisadores para o fato de que “[...] a experiência acumulada mostra que a capacidade desses dicionários não é completa, restando sempre algumas lacunas. E, portanto, somente o uso dos dados mostrará o grau de comparabilidade dos resultados dos Censos Demográficos 1991 e 2000” (Idem). Já no que se refere ao tamanho do contingente de ocupados, a mudança do período de referência interfere de maneira mais direta na comparabilidade.

“O processo de compatibilização das ocupações entre os Censos, portanto, poderá possibilitar que mais adiante seja dada seqüência ao estudo, retomando as tipologias anteriores e produzindo uma análise das mudanças que afetaram o espaço metropolitano no seu conteúdo social.”

Nota (1): O Brasil participa do Projeto do Censo Comum do Mercosul desde 1977. “O objetivo do Projeto do Censo Comum do Mercosul é contribuir para a homogeneização gradativa das estatísticas econômicas e sociodemográficas entre os países do bloco e a geração de um banco de dados. Nesse sentido, os representantes dos censos da rodada de 2000 da região, entre outros trabalhos, discutiram a harmonização de um conjunto básico de características e de sua conceituação, estando em fase de definição e geração de um banco de dados único com informações dos seis países do grupo” (IBGE, 2002).